

Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM/ Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense

Mirian Carbonera*

Denise Argenta**

André Luiz Onghero***

Aline Bertoncello****

Josiane Roza de Oliveira*****

CARBONERA, M. et al. Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM/Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense. *R. Museu Arq. Etn.* 39: 6-26, 2022.

Resumo: Este artigo apresenta a trajetória do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), espaço de pesquisa, salvaguarda e difusão do patrimônio arqueológico regional. Criado e mantido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o Centro tem sede na cidade de Chapecó/SC. Iniciamos com o histórico da atuação do CEOM desde sua criação, nos anos 1980, até os dias atuais, enfatizando a consolidação do Núcleo de Pesquisa Arqueológica e do Setor Educativo. Abordamos a expansão das atividades de pesquisa, comunicação, ação educativa e destacamos a importância das parcerias e de uma equipe especializada e diversificada para dar conta dos objetivos do Centro. As fontes utilizadas foram os documentos e projetos realizados ao longo de suas três décadas de atuação. Os principais desafios identificados foram a busca por recursos financeiros para a realização e manutenção das ações de pesquisa, documentação, conservação e comunicação do acervo, e a definição de um espaço físico próprio para a realização das suas atividades. Por outro lado, a partir da análise, ficou evidente a importância de instituições como o CEOM, as quais mantêm atividades sistemáticas e são consideradas referências pela comunidade, em ações de preservação de bens culturais, com destaque, neste trabalho, para os bens de natureza arqueológica. A principal conclusão é que as atividades de pesquisa, salvaguarda e extroversão do conhecimento para a proteção do patrimônio arqueológico são indissociáveis, de longo prazo e requerem continuidade, parceria com a comunidade e associação entre diferentes agentes e instituições para a efetiva consolidação.

Palavras-chave: Museu; Patrimônio arqueológico; Comunicação museológica; Curadoria; Museologia.

* Doutora em Arqueologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa (CEOM) ambos da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). mirianc@unochapeco.edu.br

** Doutora em Museologia. Produtora Cultural na Empresa Infinito Produção Cultural. deni.infinitacultura@gmail.com

*** Mestre em Educação. Historiador do Centro de Memória do Oeste de Santa (CEOM) da Universidade

Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). andreo@unochapeco.edu.br

**** Doutoranda em Ciências Ambientais. Educadora Patrimonial do Centro de Memória do Oeste de Santa (CEOM) da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). alinebert@unochapeco.edu.br

***** Doutora em História. Diretora do Núcleo de Ação Educativa, Arquivo Público do Estado de São Paulo. jorozadeoliveira@gmail.com

Introdução

Os museus são espaços onde diferentes ciências se encontram e profissionais de múltiplas áreas dialogam para a realização de ações interdisciplinares. Há pouco mais de uma década, no Oeste catarinense, especialistas em arqueologia, museologia, educação e afins, eram pouco comuns nos museus. Desde então, a crescente especialização dessas áreas, o aperfeiçoamento das políticas públicas no campo museal e do patrimônio, as transformações no cenário do ensino superior no Brasil e o avanço das pesquisas, têm possibilitado mudanças no quadro profissional das instituições e a consequente ampliação de ações em prol do patrimônio cultural regional. Neste novo contexto, centramos nossa análise neste artigo na experiência do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), mantido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)², e suas ações no Oeste catarinense, na interface entre arqueologia, museologia, pesquisa e educação para salvaguarda e comunicação dos bens arqueológicos.

No princípio dos anos 2000, foram consolidadas as ações em torno do patrimônio arqueológico regional, com a formação do Núcleo de Arqueologia no CEOM. Até então, o CEOM, criado em 1986, havia desenvolvido ações esporádicas relativas a esses bens³ – o que era pouco, uma vez que toda a região Oeste de Santa Catarina é rica em sítios arqueológicos representativos de ocupações pré-coloniais de diferentes cronologias. Com o Núcleo, estabelecia-se um trabalho

sistemático e continuado nessa área, gerando impacto na região, no patrimônio arqueológico salvaguardado e em suas interfaces.

Para organizar nossa reflexão, elencamos algumas perguntas que permearam as ações, especialmente no período de implantação do Núcleo de Arqueologia. São elas: “quais as estratégias para implantação de um centro de pesquisa em arqueologia capaz de atender às especificidades e demandas da região?”; “como dar conta da curadoria dos acervos, da pesquisa e da comunicação?”; “como sensibilizar a população local quando a maioria considera esses objetos ‘velhos’ e ‘sem valor’?”; “como comunicar os dados das pesquisas arqueológicas de forma acessível, promovendo o diálogo entre a ciência e o público?”. Mais recentemente, outras questões surgiram, por exemplo: “como atender a demanda dos endossos institucionais que têm crescido muito nos últimos anos e têm gerado grande quantidade de coleções advindas de projetos de licenciamento ambiental?”; e, por fim, “quais os avanços decorrentes destas duas décadas de criação do Núcleo de Arqueologia no CEOM?”⁴. Dando continuidade às reflexões sobre nossas ações, a seguir, ainda que provisoriamente, procuramos responder as questões acima levantadas.

Ações de preservação e salvaguarda do patrimônio arqueológico no Oeste catarinense

Breve histórico das pesquisas arqueológicas

O contexto arqueológico do Oeste de Santa Catarina chamou atenção ainda no século XIX (Beschoren 1989 [1889]). Já na década de 1940, o padre jesuíta Balduino Rambo realizou coletas com estudantes da região de Itapiranga, município localizado no extremo Oeste

2 O CEOM, institucionalmente, é vinculado à Diretoria de Educação Continuada e Extensão da Unochapecó, universidade mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste).

3 Como ações esporádicas, realizadas nas décadas de 1980 a 1990, podemos citar: coletas emergenciais de material arqueológico que deu origem às primeiras coleções do CEOM; a publicação de artigos, a exemplo de Ortiz (1988); a realização de oficinas; realização do curso em História e Museologia (especialização *Lato sensu* que oferecia uma disciplina de Arqueologia); exibição da Exposição Arqueológica Pe. Rohr – mostra itinerante produzida pelo IPHAN/SC, entre outras.

4 Nossas experiências e reflexões sobre a gestão do patrimônio, comunicação museológica e educação patrimonial vêm sendo apresentadas em eventos ou publicação de artigos e capítulos (ver Oliveira & Carbonera 2002; Paim 2006; Carbonera, Onghero & Argenta 2013; Loponte & Carbonera 2013; Carbonera & Pansera 2015; Carbonera & Loponte 2015; Carbonera et al. 2017; Onghero et al. 2018; Carbonera et al. 2018).

catarinense, na divisa com Misiones (Argentina) (Carbonera 2006). Por meio das informações de Rambo e devido à quantidade e variedade dos materiais, outro jesuíta, padre Pedro Ignácio Schmitz, estudou a área e publicou, em 1957, um artigo sobre a riqueza patrimonial e científica dos sítios Guarani de Itapiranga. Segundo Schmitz (1957), os vestígios afloravam da terra ao ser desmatada para abrir novas áreas de lavoura, durante a coleta de argila para as olarias e na abertura de estradas.

Alguns anos depois, o padre João Alfredo Rohr, também jesuíta, percorreu a região de Itapiranga com apoio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Durante essas pesquisas, realizadas por Rohr nas décadas de 1960 e 1970, as áreas situadas às margens do rio Uruguai foram objeto de especial atenção. Na ocasião, somente em Itapiranga, foram registrados um total de 53 sítios arqueológicos, a grande maioria relacionados aos ceramistas Guarani e à tradição altoparanaense (Rohr 1966, 1984). Esses primeiros trabalhos foram fundamentais para o reconhecimento do rio Uruguai como uma importante rota para os grupos pré-coloniais, desde caçadores-coletores até populações ceramistas, projetando a região no cenário arqueológico brasileiro (Carbonera 2011; Goulart 1997).

Outros destaques deste período foram os levantamentos de sítios efetuados por Piazza (1969, 1971), que desenvolveu boa parte das pesquisas em decorrência do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Seus estudos foram realizados em duas etapas, abrangendo as áreas entre os rios Peperi-guaçú e Irani e, posteriormente, entre os rios Irani e do Peixe, nos municípios de Piratuba/SC, Ipira/SC, Itá/SC e Concórdia/SC (Piazza 1969, 1971). Outra pesquisadora que percorreu alguns municípios da região foi Maria José Reis, para estudar estruturas subterrâneas. Na ocasião, levantou dados em Chapecó/SC, São Carlos/SC, Palmitos/SC, Concórdia/SC, Ipumirim/SC e Pinhalzinho/SC (Reis 2007 [1980]).

Posteriormente, devido aos empreendimentos hidrelétricos previstos no “Projeto Uruguai de Aproveitamento

Energético”, de 1978 (Fig. 1), e pela riqueza arqueológica apontada por Schmitz (1978), a partir da década de 1980, as pesquisas arqueológicas realizadas na região estiveram vinculadas a projetos de licenciamento ambiental. O primeiro foi o “Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU)”, iniciado na década de 1980, financiado pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul) e coordenado pela arqueóloga Marilandi Goulart, que, na época, era docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na etapa inicial do PSAU (1980-1985), foi realizado levantamento de sítios arqueológicos em áreas que seriam impactadas pela instalação de usinas hidrelétricas projetadas⁵ para a bacia do rio Uruguai, desde sua formação até a divisa com a Argentina (Carbonera 2008; Goulart 1995). Dos projetos previstos, as primeiras usinas a serem implantadas no rio Uruguai foram a UHE Itá e UHE Machadinho (Fig. 1). Goulart e equipe (1987, 1988, 1995, 1997) realizaram os estudos arqueológicos na área do canteiro e reservatório, dentro do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU – UHE Itá). Já a área a ser impactada pela UHE Machadinho foi pesquisada pela equipe da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), que estudou a região em diferentes etapas a partir da década de 1980 (Museu de Ciência e Tecnologia 2001).

Cabe ressaltar que, até o final dos anos 1990, todo o material arqueológico recuperado nas pesquisas mencionadas foi salvaguardado fora da região de origem. Somente com a criação do Núcleo de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (NEEA) no CEOM – como veremos adiante –, estruturado a partir dos anos 2000, e com as novas normativas legais os vestígios recuperados em projetos dessa natureza passaram a ficar na região. Anteriormente à década de 2000, existem textos legislativos para a proteção do patrimônio, como: a Resolução Conama 01/1986, a qual foi responsável por agregar o resgate do patrimônio arqueológico na

5 Para maiores informações, ver: Eletrosul (1978).

legislação de proteção ambiental; e, em 1988, por meio da Portaria IPHAN nº 07/1988, foram regulamentados os pedidos de permissão, autorização e comunicação prévia para a realização de pesquisas de campo. Entretanto, estas normas não mencionam a guarda do acervo, e é somente com a portaria IPHAN

nº 230/2002 que começam a ser ampliadas as diretrizes, por exemplo, a compatibilização do estudo arqueológico com as fases de obtenção das licenças ambientais. Também, a partir desta portaria, os empreendedores passaram a ter responsabilidade sobre a destinação e guarda do material arqueológico.

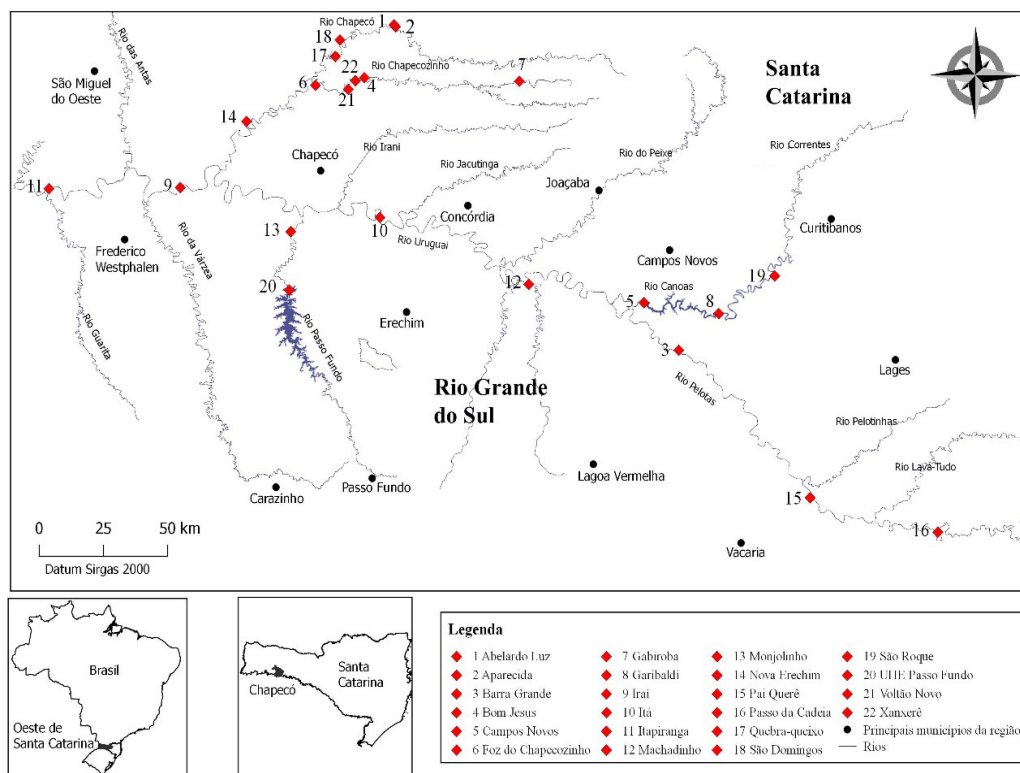


Fig. 1. Projeto Uruguai de Aproveitamento Energético e localização da área de estudo.

Fonte: Adaptado pelos autores, de Eletrosul (1978) e CNEC; Eletrosul (1990).

Dentro desse contexto, cabe salientar que a finalização do “Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU e PSAU-UHE Itá)” e o consequente projeto de repatriamento do acervo foram os principais motivos que impulsionaram a criação do Núcleo de Arqueologia do CEOM.

Nas últimas décadas, para além dos dados produzidos pelos projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental, foram retomados os estudos acadêmicos que têm permitido confirmar a antiguidade da presença humana na região. Um exemplo disso é o sítio ACH-LP-07, localizado no município de

Águas de Chapecó/SC, que conta com uma cronologia de mais de 11 mil anos (Carbonera, Lourdeau & Santos 2017). Outros grupos de sítios representativos são referentes aos Guarani e Itararé-Taquara, ambos datados principalmente a partir do último milênio.

Apesar das pesquisas apontarem a importância do patrimônio arqueológico regional, devem ser destacados os profundos e acelerados impactos que este patrimônio vem sofrendo *in situ*, sendo as atividades agrícolas e as hidrelétricas as principais ameaças (Carbonera & Loponte *no prelo*).

Ressaltamos que as pesquisas e os registros dos sítios arqueológicos na região, realizadas há mais de sete décadas, possibilitaram trazer uma gama de informações importantes para caracterizar as principais culturas pré-coloniais. A identificação da cronologia das ocupações, a salvaguarda da cultura material e o mapeamento do estado de conservação dos sítios foram ações significativas naquele contexto. Entretanto, os acervos gerados nesses primeiros anos de pesquisa não ficavam na região, muito embora tivéssemos a atuação do padre Rohr, que estimulou a comunidade de Itapiranga a se apropriar da longa história da ocupação regional, motivando a criação de um museu local com material arqueológico, além de difundir o conhecimento produzido com diferentes publicações, dentre elas a inclusão de textos didáticos na revista jesuíta “Livro da Família” (Carbonera 2006). Porém, as ações de difusão promovidas por ele ainda eram bastante pontuais.

As primeiras gerações de pesquisadores tinham muitas dificuldades materiais para o desenvolvimento das pesquisas e sua consequente publicação, sobretudo entre as décadas de 1950 a 1980. Por outro lado, essas primeiras pesquisas foram fundamentais para a criação de uma base de dados às futuras gerações de estudiosos, ainda mais se pensarmos que, ao longo desse processo, a destruição e descaracterização dos sítios arqueológicos foi intensificada com a agricultura e o alagamento de grandes áreas em decorrência da construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. As gerações mais recentes de pesquisadores, embora ainda sejam constantemente desafiadas, têm mais acesso a financiamento, novas técnicas e tecnologias, maior oferta de cursos na área e maior quantidade de espaços museológicos para salvaguarda desses bens.

CEOM: bens arqueológicos e o papel social dos museus

As décadas de 1970 e 1980 foram palco de intensas transformações para Chapecó/SC e região. Foi nesse contexto que, em princípios

da década de 1970, a parceria de mais de 30 municípios criou a Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste) (Carbonera & Onghero 2020). Teve início, assim, o ensino superior na região, por meio de uma iniciativa comunitária – modelo institucional que fez parte do programa de interiorização do ensino superior no sul do país. Dez anos depois, um grupo de professores da Fundação, preocupados com a história e o patrimônio regional, deram início ao projeto do Centro de Organização da Memória Sociocultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM)⁶. Esses professores, integrantes do núcleo docente inicial da Fundeste, eram da área de humanidades: sociólogos, historiadores, antropólogos e filósofos. Um rol de profissionais que se diferenciava na região pelo interesse em pesquisas acadêmicas.

Recortes de jornal da época noticiavam sobre a necessidade da criação de um centro que pudesse reunir e preservar a história e a proto-história do Oeste de Santa Catarina, aliando ensino, pesquisa e extensão, a fim de implementar programas onde a população regional pudesse conhecer e usufruir de seu patrimônio sociocultural. Na época, a região vivia uma grande inquietação devido à perda das referências culturais, fenômeno associado ao acelerado processo de urbanização, êxodo rural, agroindustrialização e a construção de barragens na bacia do rio Uruguai, que estavam em curso e eram grandes ameaças ao patrimônio local (Fig. 1).

Pierre Nora (1993) nos ajuda a pensar sobre os efeitos do processo de modernização do campo e a intensificação da urbanização em relação à memória. O autor assinala a emergência dos lugares de memória como ligados a um momento particular da história, de certa consciência a respeito das rupturas com o passado – como foi o caso europeu no apogeu da industrialização e desestabilização dos meios de vida dos camponeses. O lugar de memória, para Nora, apresentou-se como um artifício para dar conta do sentimento de perda de unidade por meio da tradição. Para este

6 Ver: Rossetto (1986).

autor, as sociedades modernas não estariam mais baseadas num processo de transmissão espontânea da tradição, demandando iniciativas programáticas de fabricação e/ou preservação da herança cultural. Nas palavras dele: “[...] o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (Nora 1993: 11). Embora tenhamos diferentes processos de modernização, Nora nos dá uma pista para pensarmos os lugares de memória que emergiram em quantidade no Brasil dos anos de 1980. Em alguma medida, esses lugares pretenderam dar conta, simbolicamente, do desterro que o processo acelerado de perda dos vínculos comunitários havia desencadeado.

No Oeste de Santa Catarina, neste momento, evidenciava-se o seu histórico de segregação social, econômica e cultural que havia atingido populações étnicas como os “caboclos” e os povos indígenas Guarani e Kaingang (Renk 1997; D’Angelis 1995; Marcon 2003). A novidade dos anos 80 do século passado foi a ampliação dos grupos marginalizados. Um contingente significativo de migrantes de ascendência europeia, os quais ocuparam a região a partir de 1920, foram expropriados da terra, especialmente devido à modernização da agricultura, a qual dificultou a continuidade do modelo de produção com base em pequenas propriedades (Poli 2008). As gerações subsequentes já não conseguiam a subsistência no núcleo familiar original e migraram para espaços urbanos ou para outras fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Poli 2008). Assim, o processo de urbanização e o avanço da mecanização do campo transformaram a paisagem e os modos de vida da população regional (Campos 1987). Com as mudanças nas atividades agrícolas, equipamentos e ferramentas manuais e de tração animal foram sendo substituídos por maquinários e veículos motorizados, gerando um significativo acervo de instrumentos de trabalho que ficaram obsoletos. Assim, instrumentos de trabalho, principalmente agrícolas, objetos arqueológicos, etnográficos e exemplares do mundo natural (animais taxidermizados, amostras de rochas etc.) deram

origem a acervos, a partir dos quais foi criada a maioria dos museus da região.

Pode-se dizer que o museu se fez no Oeste de Santa Catarina, nesse período, como um espaço de fronteira, de transição entre mundos, modos de vida e populações que deixavam de existir ou eram forçosamente invisibilizadas na vida, para ganhar um lugar precário de memória em um espaço específico.

Juntamente, o contexto regional de criação de museus acompanhava uma ampla movimentação nacional de valorização da memória. À época, esta mobilização estava vinculada à retórica da perda e refletia um momento de tensão da experiência da modernidade. A explosão das cidades era entendida como “[...] o perigo, o esmagamento das culturas locais e regionais pela cultura urbana, pela cultura de massa típica da modernidade capitalista” (Oliveira 2014: 105). Entre 1975 e 1981, foram criados, em âmbito federal, o Centro Nacional de Referência Cultural – que viria a ser incorporado pelo SPHAN (atual IPHAN) – e a Fundação Nacional Pró-memória. Em 1979, dentro do Ministério da Educação, foi criada a Secretaria de Assuntos Culturais, congregando os organismos de cultura do Ministério, renovando a área nas discussões sobre políticas públicas. Surgiram, neste período, iniciativas de registro de manifestações culturais em risco de extinção e, além disso, a ideia de salvamento e preservação da memória do Brasil para as futuras gerações ganhou adesão (Oliveira 2014).

A partir da segunda metade dos anos de 1980, as discussões sobre memória estiveram articuladas aos debates sobre a democracia brasileira, emergentes da abertura política já nos anos finais da ditadura civil-militar no país. O “movimento pelas diretas já”, a partir de 1984, teve ampla participação da classe artística e intelectual, e, nas reivindicações pela democracia, ganhou corpo a ideia de direito à cultura (Ferron & Arruda 2019: 173). Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura. Muito embora essa nova estrutura ministerial tenha sido amplamente criticada, os debates sobre uma política cultural para o país reuniam muitos interessados, principalmente intelectuais

e artistas. O que vimos acontecer, na segunda metade da década de 1980, foi a criação de centros de memória e museus em várias partes do país, tendo impacto também no Oeste de Santa Catarina.

A efervescência cultural vivida neste momento animava as primeiras ações do CEOM, a partir de projeto coordenado pelo professor e sociólogo Santo Rossetto, que surgia com o objetivo de “[...] agenciar o processo de salvaguarda do patrimônio cultural dos municípios da área de abrangência da Fundeste e concretizar a integração entre educação e os valores socioculturais regionais” (Rossetto 1986: 4). O projeto tinha por base a perspectiva da “pesquisa-ação”, procurando levar em consideração o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Com grande ênfase na história oral, pretendia a preservação da “memória viva”. A iniciativa tinha a preocupação de salvaguardar o patrimônio regional em sua diversidade, de maneira a embasar futuras pesquisas científicas e a reformulação dos conteúdos escolares. O projeto inicial também previa a articulação entre professores, alunos da Fundeste e agentes culturais dos municípios da região, nascendo, assim, com forte mobilização em torno da preservação da memória (Rossetto 1986).

Desde os primeiros anos de existência, o CEOM consolidou sua atuação no tripé ensino, pesquisa e extensão. Dentre as primeiras iniciativas está a criação de uma linha editorial com foco na narrativa de histórias marginalizadas e invisibilizadas sobre a região de abrangência do Centro, que raramente constavam no currículo escolar regional. Assim, a revista *Cadernos do CEOM* ocupou essa lacuna, abordando aspectos da história e da memória regional, fundamentais para o reconhecimento e valorização das identidades locais. O primeiro número da revista trazia uma síntese histórica da região e um apanhado de leis de criação dos municípios da área. O segundo número, que mais nos interessa aqui, foi dedicado às populações pré-históricas, cujos vestígios eram abundantemente encontrados na região. Essa primeira publicação do CEOM sobre arqueologia regional foi

uma revisão bibliográfica produzida por Ortiz (1988), que reunia os resultados das principais pesquisas até então realizadas e, rapidamente, tornou-se uma referência para estudantes, professores e pesquisadores.

Outra importante iniciativa do Centro foi a oferta de cursos de capacitação e coordenação de equipes para o desdobramento dos projetos de preservação nos municípios do Oeste Catarinense (Rossetto 1986). Com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tinha início o mais antigo projeto de ensino, pesquisa e extensão de toda a região Oeste de Santa Catarina. Esse perfil distingue o CEOM de um museu municipal e o aproxima dos museus universitários, característica mantida até os dias atuais.

De 1986 a 1999, o CEOM atuou pontualmente em ações de salvaguarda do patrimônio arqueológico e em atividades de ensino e extensão, principalmente com prefeituras, professores e estudantes, por meio de exposições itinerantes de arqueologia, com oficinas, cursos de especialização, pesquisas históricas municipais, entre outros. Havia o entendimento, no período, da necessidade de formação de profissionais capacitados para o trabalho com o patrimônio cultural. Nesse sentido, o vínculo mais forte do Centro sempre foi com o curso de História da instituição, estando, até os anos 2000, vinculado ao Departamento que reunia as Ciências Humanas e Sociais, sendo seus coordenadores professores a ele vinculados, que dedicavam algumas horas ao Centro de Memória.

O CEOM funcionava, até então, como um importante agente de mediação e difusão do conhecimento sobre a história e a cultura regional, não propriamente como um espaço de salvaguarda de acervos. Foi o recebimento de dois importantes arquivos documentais, em 1998, que mudou radicalmente o perfil do que se configurava como um programa de extensão da Universidade. Os acervos traziam novas exigências estruturais, equipe técnica especializada, espaço físico e uma reordenação dos seus objetivos e suas linhas de trabalho,

transformações que aconteceram a partir do ano de 2000.

O ano de 2000 coincidiu com a possibilidade do CEOM receber os acervos arqueológicos decorrentes do “Projeto de Salvamento Arqueológico Uruguai – Usina Hidrelétrica de Itá”, que estava em vias de ser repatriado para a região de origem. Por se tratar de uma área rica e pouco explorada, as pessoas à frente do Centro naquele momento consideraram aquela uma oportunidade única de ver implantado um núcleo dedicado aos estudos arqueológicos e seus desdobramentos na região. Visando atender às novas demandas geradas pelos acervos recebidos, o CEOM passou a se vincular diretamente à Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade e conquistou um pequeno corpo técnico com dedicação exclusiva. Na reestruturação dos objetivos e linhas de trabalho, buscou reafirmar muitos dos valores que se consolidaram em sua história: a pesquisa, preservação e valorização da história regional; a perspectiva da inclusão de todos os grupos étnico-culturais e sociais formadores do território; e as estratégias extensionistas de relação com a comunidade por meio de oficinas, projetos de pesquisa e educativos junto às prefeituras e professores das escolas públicas e difusão científica por meio das publicações.

Assim, na reestruturação do CEOM, duas grandes áreas nucleares foram criadas: o Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc), responsável pelos acervos documentais e a organização das pesquisas históricas, e o Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA), dedicado às áreas título. As demais linhas de trabalho criadas neste momento procuraram reunir as ações existentes, conferindo-lhes maior clareza e direcionamento: Programa Patrimônio-Escola-Comunidade; Núcleo de Difusão Cultural e Educação Patrimonial; Divulgação Científica e Cultural; e Biblioteca Setorial. As frentes de trabalho assim configuradas deveriam funcionar partindo, principalmente, das linhas de pesquisa e acervo dos núcleos principais, formando um círculo virtuoso. Era fundamental, neste momento, afirmar o

CEOM como um espaço de salvaguarda de acervo, mas resguardar e otimizar a importância da pesquisa e da difusão do conhecimento, suas marcas fundadoras. Isto é importante dizer, justamente por serem essas duas dimensões de um espaço museológico, com maior dificuldade de se estabelecer, principalmente em instituições não vinculadas às grandes universidades. O CEOM nasce com esta vocação e luta bravamente pela sua manutenção no decorrer de sua história.

Em termos de sustentabilidade, o CEOM é mantido pela UnoChapecó, que por sua vez, é mantida da Fundeste. O CEOM conta ainda com a parceria da Prefeitura Municipal de Chapecó, que cede o espaço físico para o seu funcionamento. Mas, a maior parte dos recursos para os projetos de pesquisa, extensão, divulgação e difusão do conhecimento advém da captação de recursos junto às instituições e editais de fomento. As parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais são, por sua vez, os mecanismos que têm possibilitado o desenvolvimento das frentes de pesquisa arqueológica e as ações de curadoria e comunicação museológica.

Dito isso, o CEOM se caracteriza como um espaço museológico de acordo com a Lei nº 11.904, de 2009, tendo em vista o desenvolvimento de ações de salvaguarda de acervos, pesquisas e comunicação. Com essa caracterização, traz consigo todos os desafios de uma instituição museológica na contemporaneidade. Como museu, o CEOM preserva um patrimônio da ação inexorável do tempo, finalidade que não se encerra em si mesma. Segundo Cardona (2011), o patrimônio não é para ser simplesmente contemplado, mas sua valorização e interpretação devem contribuir para incrementar o saber dos cidadãos, aumentar seu conhecimento e pensamento crítico sobre a sociedade.

A concepção de museu e de seu papel social tem sido objeto de intensos debates entre profissionais de diferentes áreas de conhecimento. A necessidade das instituições museológicas assumirem o protagonismo frente às demandas sociais, como agentes de promoção e consolidação da cidadania, é condição para a

sua continuidade na atualidade. Mais do que informação, é imperativo que o museu atue ativamente como agente formador humanista, para o exercício da cidadania, tendo como ponto de partida a relação entre o patrimônio salvaguardado, a pesquisa e a educação. Nessa perspectiva, a função social dos museus passa, obrigatoriamente, pela construção de referenciais inclusivos, críticos e com foco no protagonismo das diferentes culturas.

Sampaio e Mendonça realizam uma reflexão aprofundada do assunto e apontam a relação indissociável entre museus, patrimônio e cidadania, afirmando que “[...] o campo do patrimônio, hoje, entende como sua função a valorização da diversidade cultural e seu compromisso com a garantia dos direitos culturais” (Sampaio & Mendonça 2018: 17). Mais que compreender o patrimônio enquanto objeto de mediação cultural, tal concepção de museu implica reconhecê-lo como parte indissociável da vivência da comunidade que o preserva – e, por isso mesmo, passível de conflitos, refletindo o processo dialético sobre o qual se constitui a vida. Assumir o papel do museu sob essa perspectiva nos aproxima também da museologia social e, nesse contexto, “[...] o acervo de um museu é composto pelos problemas e questões da comunidade que lhe dá vida” (Chagas & Pires 2018: 13).

Nesse sentido, a configuração dos acervos do CEOM são fontes inesgotáveis para pesquisas envolvendo questões sobre os processos constitutivos do território regional, e as suas ações mobilizam sentimentos que refletem a historicidade difícil de uma região conflituosa, porém rica em sua diversidade. A perspectiva inclusiva que começou anteriormente, no início da formação do Centro de Memória, permanece: a memória é um campo minado que precisa ser mexido e remexido para que novas relações sejam possíveis. A afirmação do lugar social de atuação faz do CEOM um espaço sempre preocupado com os problemas fundadores do atual contexto regional. É sob a lupa do presente que produzimos as perguntas mais relevantes sobre o passado do Oeste Catarinense. Um acervo de diferentes tipologias e os diferentes tipos

de atuação do Centro têm contribuído para a formulação de algumas das respostas.

Assim, a questão que sobressai ainda hoje é: “como contribuir, a partir dos processos de salvaguarda de acervos regionais, para descolonizar o pensamento sobre as culturas locais?”. Numa região como o sul do Brasil, onde a narrativa da ascendência europeia (e de uma nacionalidade europeia imaginária) opera como propaganda oficial, as influências da colonização do pensamento sobre o entendimento do que é patrimônio cultural impactam diretamente na percepção da comunidade sobre a própria história e os seus vestígios. Para parte desta comunidade, a “ilusão colonialista” implica numa negativa sistemática de tudo que se afaste do imaginário europeu, por exemplo, a cultura dos grupos “não europeizados”, incluindo aqui os vestígios arqueológicos pré-coloniais. Para outra parte, a dos grupos marginalizados, a “ilusão colonialista” predominante pela força, implica na invisibilidade e no apagamento de suas histórias.

O CEOM e os bens arqueológicos

O processo de repatriamento do Acervo Marilandi Goulart⁷ foi o impulso necessário para a institucionalização de um setor de arqueologia no CEOM. Esses primeiros movimentos ocorreram entre os anos de 2000 e 2001, quando foi realizado o Curso de Especialização *Lato Sensu* “Processos Interdisciplinares em Arqueologia”, ofertado pela Uri/Campus de Erechim. Seu objetivo era

7 Marilandi Goulart obteve o título de doutora em 1982, sob a orientação da professora Luciana Pallesstrini, na Universidade de São Paulo (USP). O título de sua tese foi: “Novas perspectivas de análise cerâmica em pré-história brasileira”. Como profissional, ganhou destaque sua atuação como docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por meio dessa instituição, entre 1980 e 1997, coordenou os projetos: “Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU)” e “Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai: Usina Hidrelétrica de Itá (PSAU-UHE Itá)”. Uma vez finalizados, os dados resultantes foram reunidos sob a denominação de “Acervo Marilandi Goulart”, com a portaria do IPHAN nº 218/2002 (Carbonera 2008: 53).

formar um grupo de profissionais⁸ que, ao final, pudesse trabalhar com o acervo arqueológico formado por Marilandi Goulart com base nas pesquisas realizadas na bacia do alto rio Uruguai, ao longo das décadas de 1980 e 1990. O curso formou recursos humanos numa região carente de profissionais especializados em Arqueologia e colocou esse patrimônio em pauta, trazendo, assim, novas perspectivas de que esses bens deixariam de ser considerados “uma velharia inútil” pela comunidade e pudessem ser reconhecidos como patrimônio caro à população local.

Como dito anteriormente, os acervos documentais e arqueológicos exigiram do CEOM, naquele momento, tanto uma reestruturação conceitual como uma reestruturação do espaço físico⁹. Entre os anos de 2000 e 2003, paralelamente à ocorrência do curso de especialização, três ações no CEOM foram fundamentais: (1) criação de novos cargos técnicos na estrutura funcional (foram criados quatro novos cargos, dentre eles: técnico em arqueologia e educador patrimonial¹⁰); (2) definição do novo espaço físico, mais amplo e adequado para alocar o centro¹¹; e (3) captação de recursos. Uma verba foi obtida por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao IPHAN/SC. Esse recurso

8 Em sua primeira edição, o curso formou dez alunos: cinco catarinenses e cinco gaúchos.

9 Nessa época, o Centro ocupava um espaço alugado no centro da cidade de Chapecó, porém não tinha estrutura física adequada para receber o acervo arqueológico.

10 Ao longo da década de 2000, o CEOM teve um aumento significativo no quadro funcional, sendo criadas novas vagas, as quais possibilitaram uma maior especialização das funções: um cargo de coordenador, dois auxiliares administrativos, uma educadora patrimonial, uma técnica em arqueologia e um documentalista, um técnico em pesquisa. Além desse quadro fixo, chegou a ter, em algumas ocasiões, até 15 vagas de estágio não obrigatório remunerado. Nesse novo espaço, o Centro sempre contou com serviço especializado/terceirizado de limpeza e segurança.

11 Após algumas tentativas, chegou-se ao segundo andar do terminal rodoviário municipal de Chapecó, que se encontrava praticamente ocioso à época. Uma área de 1.112 m² foi cedida através de convênio estabelecido entre a Universidade e a Prefeitura Municipal de Chapecó.

proporcionou o projeto arquitetônico e a execução para a implantação do CEOM no novo espaço. No mesmo período, foi aprovado um projeto junto à Fundação *Vitae*, que possibilitou a contratação de duas consultorias: uma para a área arqueológica e outra para a área museológica¹². Os recursos também subsidiaram a aquisição de mobiliários e equipamentos para os escritórios, laboratórios, reservas técnicas, biblioteca, área expositiva e auditório multiuso, espaços que compunham a nova configuração do CEOM.

Em 2004, ocorreu a mudança para a atual sede, onde são desenvolvidas as atividades de pesquisa, curadoria e salvaguarda de acervos e ações educativas. Nesse período inicial, as principais atividades ligadas ao acervo arqueológico estavam baseadas em ações educativas a partir de uma exposição de longa duração, aulas temáticas e visitas guiadas. As atividades de pesquisa e laboratoriais se centravam na organização de pequenas coleções de arqueologia já sob a guarda do CEOM, mas a equipe tinha em vista uma atuação mais incisiva de salvaguarda de acervos oriundos de projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental. O objetivo principal era consolidar a área por meio de pesquisas acadêmicas de longa duração e manter os acervos na região de origem em conformidade com portaria do IPHAN 230/2002.

Avanços, desafios e perspectivas contemporâneas

O patrimônio arqueológico: curadoria, produção e difusão do conhecimento

As atividades em torno do patrimônio arqueológico desenvolvidas atualmente pelo CEOM giram em torno de três eixos principais: (1) realização de projetos de pesquisas de longa duração; (2) curadoria e salvaguarda de coleções

12 Estiveram vinculados, como assessores na implantação do núcleo de arqueologia, a professora doutora Maria Cristina Bruno (USP) e o professor doutor Saul Eduardo Seiguer Milder (UFMS) (*in memoriam*).

arqueológicas; e (3) difusão do conhecimento produzido para a comunidade científica e o grande público. Nesta seção, discutiremos os principais resultados em relação aos dois primeiros aspectos.

O contexto – de Chapecó e, de forma mais ampla, do Oeste catarinense – como dito anteriormente, apresenta um patrimônio arqueológico bastante rico, com dezenas de sítios pré-coloniais registrados. Os vestígios encontrados nestes sítios são testemunhos de grupos antigos de caçadores-coletores que remontam há mais de 11 mil anos e dos ceramistas Guarani e Jê do Brasil Meridional, que passaram a ocupar a região a partir do Holoceno Tardio. O Núcleo de Arqueologia implantado no CEOM possibilitou ampliar os estudos realizados, tanto em quantidade como em qualidade e tem contribuído com novos dados sobre o passado pré-colonial da região.

Antes da implantação do setor de arqueologia e mesmo em seus primeiros anos, era um desafio produzir conhecimento sobre a cultura material arqueológica. A existência de tantos sítios em contraponto à pequena exploração científica gerava grande inquietação. Nesse sentido, um dos primeiros desafios para o CEOM foi a formação da equipe diante do isolamento “acadêmico-geográfico” no qual nos encontrávamos. A partir disso, começamos a participar de encontros científicos, cursos, estabelecer contatos e buscar formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado.

Durante os primeiros anos da implantação do Núcleo de Arqueologia, as atividades de campo consistiam basicamente em visitas a sítios e na participação, por meio de parcerias, em pesquisas de empresas de arqueologia em projetos de licenciamento ambiental. Essas parcerias foram fundamentais para a capacitação da equipe, ampliação do acervo e a inserção do patrimônio arqueológico nos cursos de graduação, sobretudo para discentes dos cursos em História e Geografia mantidos naquele período na Unochapecó. Tais ações contribuíram para democratizar o acesso aos resultados das pesquisas de campo e abriram novas oportunidades profissionais aos estudantes. Infelizmente, hoje, a Universidade

não conta mais com esses cursos de graduação. Assim, para o envolvimento de estudantes nas atividades de pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico, foi estabelecida uma parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó. É através dessa parceria que estudantes do curso de graduação em História podem desenvolver estágio não obrigatório remunerado no CEOM, o que contribui para a formação discente e garante o auxílio nas atividades com os acervos.

A produção de conhecimento sobre os paleoambientes e antigas sociedades que habitaram o Oeste catarinense tem sido uma das maiores conquistas do CEOM. Foi um longo período até o fortalecimento das pesquisas e estas somente foram possíveis em virtude das parcerias e dos convênios internacionais estabelecidos a partir de 2013, que se estendem até o momento. O primeiro convênio foi firmado com o Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino Americano (INAPL), vinculado ao Ministério da Cultura da Argentina, cujo objetivo é estudar sítios e coleções do Oeste e Planalto catarinense e da província de Misiones. O segundo convênio, iniciado em 2013, foi com o *Muséum National d’Histoire Naturelle* (MNHN), da França. Financiado pelo Ministério das Relações Exteriores deste país, objetiva entender as antigas ocupações da passagem Pleistoceno-Holoceno no alto rio Uruguai. Com a Universidade de Bolonha, foi estabelecido convênio de cooperação acadêmica para o estudo do DNA, dieta e mobilidade das populações humanas na Bacia do Prata (parceria que integra também pesquisadores da Argentina). Além destes, também foi estabelecido convênio com o Instituto Politécnico de Tomar, para ações pontuais de intercâmbio e pesquisa. Os convênios, além dos organismos operativos, agregam parcerias com outras instituições. A colaboração tem garantido a continuidade, o aumento e a qualidade das ações de pesquisa em projetos de longa duração. De fato, para o CEOM, essas parcerias representam um grande avanço e têm contribuído para consolidar a pesquisa científica e a produção de conhecimento sobre as antigas sociedades e os paleoambientes (Figs. 2 e 3).



Fig. 2. Atividades de pesquisa de campo em projetos cooperação internacional. A) Escavação de sítio Jê em Painel/SC. B) Realização de imagens de drone, sítio SC-CL-26 I, Lages/SC. C) Escavação de urna funerária Guarani, sítio RS-URG-01, setor 4, Alpestre/RS. D) Escavação sítio ACH-LP-07, setor 1, Águas de Chapecó/SC.

Fonte: A e B, projeto Abams¹³, C e D, projeto Poparu¹⁴. Elaborada pelos autores (2021).



Fig. 3. Laboratório e reserva técnica. A) Inventário de coleções. B) Restauro de urna cerâmica Guarani. C) Vista da reserva técnica.

Fonte: CEOM/Unochapecó. Elaborada pelos autores (2021).

13 Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul Americana, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Antropologia e Pensamento Latino-Americano/Argentina. Atualmente esse projeto integra o ASSA Program. Um resumo dos resultados pode ser visualizado em: <https://www.assa-program.com/>

14 Povoamentos Pré-históricos do alto rio Uruguai, realizado em parceria com o *Muséum National d'Histoire Naturelle* (MNHN).

Com a criação do Núcleo de Arqueologia, o CEOM passou a salvaguardar acervos resultantes de projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental. Essa ação é desafiadora por não haver uma política clara a respeito dos endossos institucionais, ao menos entre as instituições catarinenses. Tal obscuridade dificulta a relação com os empreendedores, que muitas vezes não entendem a importância desses bens e a necessidade dos respectivos endossos para a curadoria dos acervos. Outra dificuldade é o fato de que nem sempre as empresas de arqueologia entregam os resultados dos projetos de licenciamento de acordo com o que é estabelecido pelos protocolos institucionais.

O CEOM, de 2016 até o momento, é uma das poucas instituições que emitem endosso institucional para projetos de arqueologia desenvolvidos em estudos de licenciamento ambiental, situados no Oeste e Planalto catarinense. Tradicionalmente, a opção do Centro era apoiar projetos da região Oeste ou proximidades, mas, nos últimos tempos, foi necessário fazer concessões a projetos do Planalto e, inclusive, em alguns poucos casos, do litoral. Não temos dúvida sobre a importância desses bens estarem salvaguardados em suas regiões de origem, porém são poucas as instituições que dispõem de espaço físico para receber os acervos, devido ao seu volume (Figs. 4 e 5).

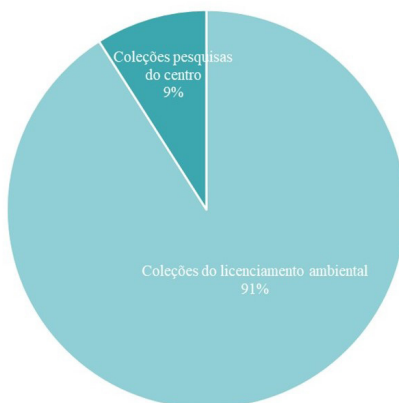


Fig. 4. Número de caixas por coleções, resultado de projetos de arqueologia vinculados ao licenciamento ambiental e coleções formadas por meio de pesquisas desenvolvidas pelo CEOM e/ou doações. As caixas contabilizadas são do modelo marfinito, tamanho 1012.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

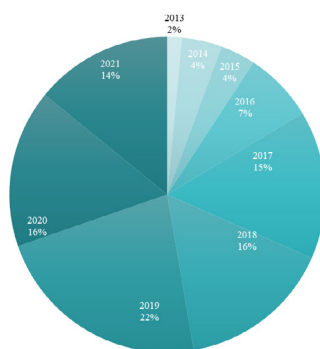


Fig. 5. Número de endossos emitidos entre 2013 e 2021.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Nos últimos nove anos, houve um crescimento expressivo no número de endossos, o que refletiu na quantidade total do acervo (Figs. 4 e 5). Se compararmos esses nove anos, podemos observar que, de 2013 até 2016, os endossos somados representavam 16,60% e, de 2017 até 2021, são 83,40%. Diante destes números, cabe ressaltarmos a responsabilidade assumida com a salvaguarda e a gestão dessas coleções, já que o volume de documentos gerados é considerável. Por outro lado, os recursos, ainda que limitados, advindos com os endossos, são importantes para sustentabilidade do CEOM, tendo em vista o período de crise financeira vivenciado pelas instituições universitárias de caráter comunitário (Poli 2020), que foi agravado ainda mais com a pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021.

A contribuição social, comunicação museológica e as ações educativas

Mais que um edifício e um acervo, o museu precisa dialogar com o público¹⁵. De forma orgânica, o CEOM vem constituindo, a partir de sua atuação e das parcerias estabelecidas, o que afirma Rivière (1989) como “pilares das instituições museológicas”: a pesquisa como ponto central, a partir do qual se estruturam as demais frentes de trabalho e, mais ainda, a pesquisa em parceria com outras instituições, a fim de qualificar e potencializar sua atuação¹⁶.

15 Partimos, neste artigo, da definição proposta pelo grupo de trabalho Terminologia da Museologia, publicada em 2010, segundo a qual o museu significa tanto a instituição quanto o espaço físico em que se dá “[...] a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio” (Desvallées & Mairesse 2013: 64). Também nos valemos da definição de museus proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que, em sua versão mais recente, datada de 2007, afirma: “[...] o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM 2009).

16 Alusão ao capítulo denominado *Recherche* da obra *La museologie* (Rivière 1989: 169).

Segundo Rivière (1985), os museus funcionam como laboratórios, espaços de experimentação e formação e como espelhos da comunidade, representando a expressão de sua memória¹⁷. Tal perspectiva encontra respaldo teórico também no pensamento de Bolaños (2002) e em sua compreensão dos museus como espaços da memória coletiva capazes de promover o debate entre identidade e alteridade. Por fim, entendemos, a exemplo do diretor argentino do *Museo Taller Ferrowhite*, Nicolás Testoni, que aos museus compete “[...] intervir criticamente na definição do nosso tempo e problematizar o passado e, por sua vez, lançar olhares para o futuro [...]” (Zacharias 2015). Tal proposta representa um desafio ao trabalho desenvolvido pelo CEOM, é verdade, mas se trata do desafio que é ponto de partida para todas as ações desenvolvidas pelo Centro, além de ser o objetivo final de cada projeto de pesquisa realizado.

Essas definições contribuem para a reflexão de questões contemporâneas sobre museus e patrimônio no Oeste catarinense, referindo-se à memória material das populações pré-coloniais e à falta de conexão identitária da comunidade atual com esses bens¹⁸. Nesse sentido, comunicar

17 É importante salientar que, nesta definição, Rivière se refere aos ecomuseus. Embora o CEOM tenha características híbridas, compreendemos estas como representativas da ação do museu pela metodologia de trabalho que adotamos, compreendendo a tríade “acervo, pesquisa e comunicação com a comunidade”.

18 Esse contexto contemporâneo resulta do processo de colonização empreendido a partir de 1920, no Oeste Catarinense, segundo Renk (2004: 29): “O projeto colonizador, à medida que privilegiava e enaltecia o campesinato de origem [italianos e alemães], excluía os brasileiros e índios localizados na área, pela falta de vocação agrícola, pela falta de consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para compra da terra, por serem diferentes. Enfim, arrolavam um conjunto de indicativos que justificavam a expropriação dessas populações”. Esse modelo de ocupação do espaço desencadeou transformações e ressaltou diferenças históricas e culturais entre os grupos humanos que eram ocupantes milenares ou seculares da região e os colonizadores de descendência europeia. Por isso, para boa parte da atual população regional, questões como identidade e memória ainda estão fortemente vinculadas às colônias de origem, em geral do Rio Grande do Sul, ou a um referencial europeu idealizado (Carbonera, Onghero & Argenta 2013).

o acervo e promover conexões entre os bens salvaguardados e a comunidade são atividades fins dessas instituições, especialmente considerando o papel reificador do museu. Em outras palavras, salvar um acervo num museu significa dizer que esse acervo é patrimônio, porque o museu funciona como um validador do que é ou não digno de ser preservado. Na opinião de Le Goff:

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (1990: 535, grifo nosso).

Uma das experiências mais significativas nesse processo de aproximar a comunidade do seu patrimônio de forma inclusiva e participativa é a experiência com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), cuja presença e atuação são bastante amplas em termos de ação política e de resistência social no Oeste catarinense. Inicialmente, os integrantes do Movimento, especialmente dos municípios catarinenses de Itapiranga e Mondaí, eram bastante resistentes às pesquisas arqueológicas, pois temiam que elas contribuíssem para o processo de instalação de

barragens. Em 2019, depois de quase 20 anos de tratativas, foi possível sensibilizar uma célula de lideranças do Movimento. A partir de então, a equipe do CEOM tem contado com seu apoio para a realização de diferentes ações na região. Nossa equipe visita as propriedades sempre que surge uma novidade arqueológica e, como devolutiva, temos feito a entrega de livros, relatórios e materiais didáticos para que a comunidade acompanhe o que está sendo produzido. São promovidas palestras, conversas e reuniões com estudantes de escolas locais, lideranças e os integrantes do movimento, a fim de comunicar o andamento das pesquisas. Outra ação realizada ocorreu em novembro de 2020, quando o CEOM lançou, no Museu Comunitário Almirante Theobaldo Müller, situado no município de Itapiranga, a exposição temporária “Os Guarani do Alto Rio Uruguai” com o objetivo de democratizar o acesso da comunidade local a dois importantes conjuntos de artefatos escavados neste município, em 2019 (Fig. 6). Trata-se de vasilhames Guarani pré-coloniais que, após serem tratados e restaurados, foram expostos no museu local. Essa iniciativa oportunizou a relação da comunidade com o trabalho realizado e os resultados obtidos, aproximando os moradores locais de seu patrimônio.



Fig. 6. A) Escavação de estrutura funerária Guarani no sítio Tarcísio Ternus, de Itapiranga/SC. B) Processo de restauração das urnas no laboratório do CEOM/Unochapecó. C e D) Exposição das peças restauradas no Museu Comunitário Almirante Theobaldo Müller, à esquerda de (C), Sr. Tarcísio Ternus.

Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó. Elaborada pelos autores (2021).

Outro problema enfrentado diz respeito à crença popular, bastante frequente nas comunidades da região, de que os vestígios arqueológicos seriam indicadores para demarcação de territórios indígenas de grupos contemporâneos. Esse fato ilustra não apenas o tamanho do desafio das ações educativas no âmbito da arqueologia, mas também a necessidade de que sejam contínuas, a fim de construir narrativas inclusivas e acolhedoras para com a memória das populações indígenas e suas evidências materiais, especialmente considerando que o desconhecimento e os temores advindos do patrimônio arqueológico se traduzem em destruição de sítios e peças, na venda de bens e na restrição às pesquisas.

Em primeira instância, os trabalhos educativos têm sido a principal estratégia de sensibilização dos moradores locais, contribuindo para a continuidade das pesquisas e para a garantia de acesso aos acervos

para a realização de novos trabalhos. As atividades educativas propõem uma revisão nas concepções arraigadas e preconceituosas que a comunidade atual mantém em relação às sociedades indígenas pretéritas e contemporâneas, possibilitando a valorização e a preservação desse patrimônio. Para isso, temos realizado: exposições temporárias, itinerantes e de longa duração; visitas mediadas na sede do CEOM e em escavações; produção e distribuição de material educativo, como folders, história em quadrinhos, cartilhas, audiovisual, palestras, oficinas e cursos de formação para diferentes públicos, tudo com acesso gratuito (Fig. 7). No entanto, em situações extremas, como ameaças, restrição de acesso aos sítios arqueológicos e na investigação de destruição de bens, contamos também com a intervenção do Ministério Público Federal. Essas situações são raras e as entendemos como indicativas da necessidade de fortalecer ainda mais as ações educativas.



Fig. 7. Exemplos de atividades de comunicação realizadas. A, B e C) Exposição e material didático resultado do projeto “Comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial do oeste catarinense”. D, E e F) Exposição e história em quadrinhos, resultado do projeto “Povoamentos pré-históricos do Alto Rio Uruguai (SC): pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico”¹⁹. G) Audiovisual “As pistas que revelam o passado: vamos falar de arqueologia”²⁰. H) Visita mediada em escavação arqueológica. I) Entrega de material didático em atividades pesquisa de campo. J) Difusão das ações para a mídia estadual.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

19 Projeto aprovado no Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura da Fundação Catarinense de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina, na Edição de 2014.

20 O audiovisual foi desenvolvido por meio do projeto ‘Vestígios de um passado presente: pesquisa e valorização do patrimônio arqueológico do oeste e extremo oeste catarinense’, aprovado no Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura da Fundação Catarinense de Cultura, Governo do Estado de Santa Catarina, na Edição de 2017.

O descompasso entre o que é produzido em termos de pesquisa e o que chega efetivamente ao público sempre foi grande no Brasil. Entretanto, nota-se, aos poucos, que essa realidade vem se modificando. Projetos de educação patrimonial estão na pauta da legislação brasileira, especialmente nas últimas duas décadas, assim como as políticas públicas culturais têm favorecido a mudança do cenário com a oferta de diferentes editais, muito embora seja necessário considerar o violento retrocesso nos últimos anos, tanto na legislação quanto nas práticas e nas políticas públicas de preservação, valorização e difusão do patrimônio. O projeto “Comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial do oeste catarinense”, aprovado no Edital Prêmio Modernização de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), Edição 2012, possibilitou ao CEOM produzir uma exposição de longa duração, material didático para professores e alunos e oficinas de formação para professores e alunos da região. Já o projeto “Povoamentos pré-históricos do Alto Rio Uruguai (SC): pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico”, aprovado no Edital Prêmio Elisabete Anderle, da Fundação Catarinense de Cultura, em 2014, possibilitou desenvolver atividades de pesquisa e difusão, como: elaboração de materiais e oficinas didáticas associadas a uma exposição itinerante exibida nos municípios onde o CEOM desenvolve atividades de pesquisa. Ainda no aspecto de comunicação e inserção social, ao longo dessas três décadas foram produzidos livros, capítulos, artigos e edições da Revista Cadernos do CEOM, com temas como: arqueologia, patrimônio, ação educativa, museus e comunicação. Intentamos, assim, alcançar o objetivo da ação educativa na perspectiva de Grispum, oportunizando à comunidade a apreensão de estratégias de interpretação e de ressignificação dos seus saberes, a fim de produzir novos sentidos, em consonância com o “exercício da cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios, material e imaterial, com excelência e igualdade” (Grispum 2000: 30). Dessa forma, procuramos contribuir para

a prática de descolonizar o olhar sobre o patrimônio cultural regional, expresso nos vestígios materiais que salvaguardamos. Assim, respondemos à questão proposta no início deste texto, cientes de que as respostas também são processuais e demandam ação contínua, tal qual o processo de ação educativa.

Considerações finais

Para falar das ações desenvolvidas pelo CEOM no tocante ao patrimônio arqueológico, contextualizamos os últimos 40 anos, buscando articular nossas ações com as dinâmicas das políticas públicas no campo cultural. A preocupação com o patrimônio arqueológico foi um dos motivos da criação do CEOM, este que, ao longo dessas quase quatro décadas de atuação, tem conseguido consolidar a pesquisa, a salvaguarda e a comunicação desses bens. As parcerias com instituições nacionais e internacionais e a articulação a outras instituições de pesquisa contribuiu para o trabalho em rede, tão importante para a compreensão do contexto arqueológico. Ao longo desse período, sempre houve muitos desafios, desde manter e ampliar uma equipe especializada, garantir recursos para as diferentes ações e, principalmente, consolidar uma estrutura física própria, até a consolidação e manutenção de ações preservação, pesquisa e comunicação de maneira articulada. Um grande passo foi dado em 2015, quando foi protocolado, no então Ministério da Cultura, o projeto para a construção duma nova sede. Esse projeto foi aprovado em 2018, mas com a crise política e financeira instalada desde então, não foi possível avançar na captação de recursos para sua execução. Em 2021, a mantenedora fez a opção de re-estruturar um espaço físico já existente ao invés de construir uma edificação específica. Sendo assim, o Centro terá novo endereço a partir de 2023, dentro do *campus* da Unochapecó. O CEOM, para garantir suas ações, continua concorrendo a editais e prêmios mantidos pela prefeitura Municipal de Chapecó e pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Isto tem contribuído, sobremaneira, para a

realização de atividades de conservação dos acervos, produção e publicação de materiais didáticos, de equipamentos, entre outros.

Após mais de três décadas de atuação, o CEOM permanece acolhendo as demandas pela transformação da realidade e oferecendo opções, alternativas e conhecimentos à comunidade. Como nos lembra Rivière (1985), os museus funcionam como espelhos da sociedade e, assim como a própria comunidade, estão em contínuo processo de transformação, acompanhando o tempo em que existem. Os desafios que experimentamos refletem a realidade da região em que vivemos, com suas singularidades, riquezas, esquecimentos e apagamentos. Por isso, salvar o

patrimônio dessa região significa não apenas uma opção política, mas também contribuir para uma história mais inclusiva e respeitosa sobre os diversos povos que compõem o Oeste catarinense.

Agradecimentos

À Unochapecó; ao prêmio Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, Fundação Catarinense de Cultura do Estado de Santa Catarina, edições 2014, 2017 e 2019; ao Edital Linguagens da Prefeitura Municipal de Chapecó; ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Interfaces between Archeology, Museology and Education: the CEOM/Unochapecó experience regarding the archaeological heritage of Western Santa Catarina

Abstract: This paper outlines the academic trajectory of the Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) - an institution focused on research, conservation and dissemination of regional archaeological heritage, created and maintained by the Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), located in the city of Chapecó, Santa Catarina, Brazil. Beginning with the history of CEOM's activities, from its creation in the 1980s into the present, the text highlights the consolidation of its Archaeological Research Center and Educational Sector; addresses the expansion of research, communication and education activities; and emphasizes the importance of alliances and a specialized and diversified team to meet its goals. Data were collected from official documents and projects carried out throughout its three decades of operation. The search for economic resources to carry out and maintain the research activities, documentation, conservation and dissemination of the collections, and the adaptation of a physical space to develop such activities were the main challenges found. Conversely, the analysis highlighted the importance of institutions such as the CEOM, which maintain systematic activities considered a benchmark in the preservation of cultural assets. In conclusion, the research, curation and dissemination of archaeological heritage are inseparable and require continuity, community collaboration and association between different agents and institutions for their effective consolidation.

Keywords: Museum; Archaeological heritage; Museological communication; Curatorship; Museology.

Referências Bibliográficas

- Beschoren, M. 1989 [1889]. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: do original "Beiträge..." (1875-1887)*. Martins Livreiro, Porto Alegre.
- Bolaños, M.A. 2002. *La memoria del mundo: cien años de museología 1900-2000*. Ediciones Trea, Gijón (ES).
- Campos, I. 1987. *Os colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.
- Carbonera, M. 2006. Assim se fazia arqueologia: entrevista com o arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz. *Cadernos do CEOM*, 19: 372-393.
- Carbonera, M. 2008. *A tradição Tupiguarani no Alto Uruguai: estudando o "Acervo Marilandi Goulart"*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- Carbonera, M. 2011. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XX e o início do século XXI. In: Carbonera, M.; Schmitz, P.I. (Orgs.). *Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Argos, Chapecó, 17-45.
- Carbonera, M.; Pansera, E.A. 2015. Histórias da pré-história: educação patrimonial entre os vales dos rios Chapecó e Irani. In: Maraschin, M.L.M.; Camargo, C.D.S. (Orgs.). *Extensão Universitária: reflexões acadêmicas*. Argos, Chapecó, 149-159.
- Carbonera, M.; Onghero, A.L.; Argenta, D. 2013. O Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e o trabalho com o patrimônio arqueológico: possibilidades e desafios. *Cadernos do CEOM*, 26: 117-130.
- Carbonera, M.; Onghero, A.L.; Salini, A.M; *et al.* 2017. O trabalho com os bens culturais: a atuação do CEOM/Unochapecó no Oeste Catarinense. In: Paim, E.A.; Guimarães, M.D.F. (Org.). *Educar em tempos e espaços que se cruzam (ruas, escolas, museus e arquivos)*. NUP, CED/ UFSC, Florianópolis, 155-168.
- Carbonera, M.; Bertoncello, A.; Onghero, A.L. *et al.* 2018. O patrimônio arqueológico em diálogo com a educação básica: projetos educativos do CEOM/Unochapecó no Oeste Catarinense. In: Campos, J.B.; Rodrigues, M.H.D.S.G.; Santos, M.C.P. (Orgs.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – arqueologia e diversidade (volume III)*. Ediunes, Criciúma, 95-113.
- Carbonera, M.; Lourdeau, A.; Santos, M.C.P. 2017. *Missão franco-brasileira Povoadamentos pré-históricos do alto rio Uruguai* (Relatório científico parcial 4/2017). Processo Nº 01510.000926/2013-31, Chapecó. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1564>. Acesso em: 15/04/2021.
- Carbonera, M.; Onghero, A.L. 2020. *A Fundeste e o ensino superior no Oeste Catarinense: 50 anos de história*. Argos, Chapecó.
- Carbonera, M.; Loponte, D. *Building databases for the generation of archaeological landscapes models. No prelo.*
- Carbonera, M.; Loponte, D. 2015. Promovendo a gestão e a difusão do patrimônio arqueológico: as primeiras ações do projeto binacional Arqueologia da Floresta Atlântica Meridional Sul Americana. In: Funari, P.P.A.; Campos, J.B.; Rodrigues, M.H.D.S.G. (Orgs.). *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais*. Ediunes, Criciúma, 313-326.
- Cardona, F.X.H. 2011. Museografia didáctica. In: Mestre, J.S.; Antolí, N.S. (Coords.). *Museografia didáctica*. Ariel, Barcelona (ES), 23-61.
- CNEC; Eletrosul. 1990. *Relatório de impacto ambiental: usina hidrelétrica Itá*. [S. l.]: CNEC; Eletrosul.

- Eletrosul; CNEC. 1978. *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Estudo de Inventário Hidroenergético*. Eletrosul, Florianópolis.
- Chagas, M.S.; Pires, V.S. 2018. *Território, museus e sociedades: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. Unirio; Ibram, Rio de Janeiro; Brasília, DF.
- D'Angelis, W.D.R. 1995. Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, 9, 141-220.
- Desvallées, A.; Mairesse, F. 2013. *Conceitos-chave de Museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo.
- Ferron, F.M.; Arruda, M.A.D.N. 2019. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. *Tempo Social*, 31, 173-193.
- Goulart, M. 1987. *A Pré-História da Volta do Uvã-SC/RS: Barragem Itá*. UFSC; Eletrosul, Florianópolis.
- Goulart, M. 1988. *Síntese da situação atual das pesquisas: Barragem de Itá – SC/RS*. UFSC; Eletrosul, Florianópolis.
- Goulart, M. 1995. *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai: cadastro de sítios arqueológicos, Volume I*. Univali, Itajaí.
- Goulart, M. 1997. Introdução. In: *Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai, Volume I*. Univali, Itajaí.
- Grinspum, D. 2000. *Educação para o Patrimônio: Museu de arte e escola – responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ICOM. 2009. *Código de Ética*. Disponível em: <https://bit.ly/3TonX2D>. Acesso em: 15/01/2017.
- Le Goff, J. 1990. *História e memória*. Editora da Unicamp, Campinas.
- Loponte, D.; Carbonera, M. 2013. Arqueologia sem fronteiras: projeto de cooperação binacional para o estudo arqueológico da província de Misiones (Argentina) e oeste de Santa Catarina (Brasil). *Revista Memorare*, Volume 1, p. 43-49.
- Marcon, T. 2003. *Memória, História e Cultura*. Argos, Chapecó.
- Museu de Ciência e Tecnologia. 2001. *Salvamento Arqueológico em áreas do futuro reservatório da UHE Machadinho (Fase III) (Relatório Técnico)*. PUCRS, Porto Alegre.
- Nora, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Oliveira, J. R.; Carbonera, M. 2002. Entre política pública e universitária: 20 anos de IPHAN e CEOM em Santa Catarina. *Revista de Arqueologia*, 2(1), 85-98.
- Oliveira, L.L. 2014. A cultura como campo de inovações organizacionais. *Interseções*, 16, 90-110.
- Onghero, A.L.; Carbonera, M.; Salini, A.M.; et al. 2018. Pesquisa, salvaguarda e comunicação do patrimônio cultural: três décadas de atuação do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. In: Rodrigues, L.B.S.; Caovilla, M.A.L. (Orgs.). *A Extensão e a Pesquisa: um caminho de mão dupla entre comunidade e universidade*. Argos, Chapecó, 53-74.
- Ortiz, H.B.D. 1989. Síntese Pré-histórica do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, 2, 18-72.
- Paim, E.A. 2004. CEOM: 20 anos de memórias de um centro de memória. *Cadernos do CEOM*, 19, 18-35.
- Piazza, W. 1969. Notícia Arqueológica do Vale do Uruguai. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 10, 55-74.

- Piazza, W. 1971. Dados Complementares à Arqueologia do Vale do Rio Uruguai. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 15, 71-86.
- Poli, O.L. 2008. *Leituras em Movimentos Sociais*. Argos, Chapecó.
- Poli, O.L. 2020. As comunitárias em tempos de incertezas: apontamentos sobre as possibilidades de futuro das instituições comunitárias. In: Carbonera, M.; Onghero, A. (Orgs). *A Fundeste e o ensino superior no oeste catarinense: 50 anos de história*. Argos, Chapecó, 113-132.
- Reis, M.J. 2007. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no planalto catarinense*. Habilis, Erechim.
- Renk, A. 1997. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Grifos, Chapecó.
- Renk, A. 2004. *Narrativas da Diferença*. Argos, Chapecó.
- Rivière, G.H. 1985. Definição evolutiva del ecomuseo [Evolutionary definition of the ecomuseum]. *Museum*, 37, 182-184.
- Rivière, G.H. 1989. *La muséologie*. Dunod, Paris.
- Rohr, J.A. 1966. Os sítios arqueológicos do Município de Itapiranga. *Pesquisas, Antropologia*, 15, 21-60.
- Rohr, J.A. 1984. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 17, 77-168.
- Rossetto, S. 1986. Apresentação. *Cadernos do CEOM*, 1, 4-7.
- Sampaio, A.B.; Mendonça, E.D.C. 2018. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais. *e-cadernos CES*, 30, 14-38.
- Schmitz, P.I. 1957. Um paradeiro guarani no Alto Uruguai. *Pesquisas, Antropologia*, 1, 122-142.
- Schmitz, P.I. 1978. Trabalho de salvamento arqueológico nos locais das represas do Alto Uruguai, RS/SC. In: Eletrosul. *Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai: Estudo de Inventário Hidroenergético*. Apêndice IV e V, Eletrosul, Florianópolis.
- Zacharias, M.P. (Jornal La Nación). 2015. ¿Qué es hoy un museo? De los objetos a las experiencias. Disponível em: <https://bit.ly/3DTgDXg>. Acesso em: 17/12/2016.